

Múltiplas Alternativas: diversidade econômica da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu - Século XVIII

Márcia Amantino*
Vinicius Maia Cardoso*

RESUMO: O objetivo principal dos autores é discutir as diferenciadas formas de produção da Vila de Santo Antonio de Sá, na Capitania do Rio de Janeiro, no século XVIII, tendo como base documentos originais produzidos pelas administrações coloniais. O artigo enfatiza a produção da farinha de mandioca e a exploração de madeiras na região, relacionando-as a outras formas de produção para subsistência e dados a respeito da organização social, demografia e de relações escravistas que pautavam àquela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitania do Rio de Janeiro, Santo Antonio de Sá, mandioca, madeira.

ABSTRACT: The main goal of the authors is to discuss the different ways of production in the vila of Santo Antonio de Sá, in Rio de Janeiro Captaincy during the XVIII century, using the originals documents made by the colonial administration. It also relates other forms of production for subsistence and data regarding social, demographic and slaves relations in this society.

KEY WORDS: Rio de Janeiro Capitany, Santo Antonio de Sá, manioc, wood.

* Professora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

* Bolsista da FAPERJ no Programa de Mestrado em História do Brasil – Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Introdução

No século XVIII, a região do vale do rio Macacu, na capitania do Rio de Janeiro, constituía-se, no panorama socioeconômico do recôncavo da baía da Guanabara, como *lócus* privilegiado na produção de gêneros alimentícios, em especial a farinha de mandioca. Juntamente com outros produtos como arroz, milho e feijão, uma produção de açúcar e aguardente também tinha curso, completando o quadro geral da sua produção agrária. A atividade extrativista de madeira, ao lado da lavoura, se configurou também de grande importância, principalmente após a criação do Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, em 1763.

Essa produção de gêneros alimentícios não se destinava apenas para consumo dos ‘macacuanos’, sendo parte comercializada como gênero de abastecimento interno para a cidade do Rio de Janeiro, caracterizando a região como importante celeiro de cereais no Recôncavo.

O objetivo deste artigo é o de apresentar a conjuntura socioeconômica do vale do Macacu a partir de uma particular fonte primária, a *Discrípção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]*¹, de 1797, existente no Arquivo Histórico Ultramarino, na cidade do Rio de Janeiro.

No organizado trabalho de levantamento de informações que integra a fonte, acompanhada de relatório escrito provavelmente pelo coletor dos dados, o anônimo autor apresenta pequena história da origem da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu e seus limites geográficos:

He este Districto bastantemente dilatado e o seu assento hé revestido de Varges e Montes, circulado e guarnecido por uma parte das grandiosas Serras chamadas dos Orgaos, que principiam nas Caxoeiras do Rio Guapimirim e finalisa esta Cordilheira nas Caxoeiras do Rio chamado Macacu, por onde passa a Estrada que se dirige ao Canta Galo, e descahindo pela outra parte por terras menos

¹ *Discrípção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro].* 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

Existe uma cópia deste mesmo documento, catalogado com outro título e sem os mapas: *Memorial descritivo da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu (Cachoeiras de Macacu) com: localização, portos, estradas, produção, população e dois quadros demonstrativos. O primeiro refere-se ás madeiras da região, indicando-se-lhes a utilidade; o segundo contém dados sobre engenhos, instituições, habitantes e contingentes militares.* Sf. 7 de abril de 1797. 61 p. IEB/USP – COL.ML, 88.1. A primeira fonte será a utilizada para este trabalho, doravante denominada apenas como *Discrípção...*

montuozas, vem ate ai os seus Limites na Vila de S. Jozé d'El Rey, que parte com o Districto de Tapacorá. (DISCRIPÇÃO...)

O relatório também traz uma análise da capacidade produtiva da terra, listagens e características das espécies vegetais e animais, uma breve discussão de problemas observados para a produção agrícola, as possibilidades hídricas da região do Macacu para transporte e os problemas que os rios traziam com as suas regulares enchentes, as pragas que infestavam as lavouras, estradas de terra e rios disponíveis para escoamento da produção, disponibilidade de áreas para o plantio além de outras informações.

Em suma, este artigo buscará demonstrar, num estudo comparativo entre esta fonte básica, além de outras como o relatório do Marquês do Lavradio, de 1778 e as observações de Lisboa para a mesma região para o ano de 1790, que Macacu constituía-se como dinâmico centro produtor, consumidor e abastecedor de alimentos para a cidade do Rio de Janeiro. No atendimento dessa demanda, não apenas de alimentos, a mão-de-obra escrava por sua vez constituiu-se como fator de produção importante, embora se deva ressaltar que nem todos os produtores dispunham dela.

Macacu: braço estendido da colonização

A conquista, ocupação e colonização portuguesa na região fluminense teve início com a chegada das primeiras famílias ao recôncavo da baía da Guanabara na segunda metade do século XVI. No intuito de identificar esse processo, Fragoso (2001:33) demarcou três recortes temporais buscando explicar a constituição da elite colonial dona de terras e escravos nessa região em particular: de 1565 e 1600, famílias conquistadoras; de 1601 a 1620, primeiros povoadores e, de 1621 a 1700, senhores de engenho, oferecendo um cálculo que mensura as famílias atuantes na formação da elite rural do Rio de Janeiro:

de 1565 a 1700, temos a seguinte cronologia para a chegada de famílias que se tornariam senhoriais no decorrer do século: 14 desembarcaram entre 1565 e 1600, 13 de 1601 a 1620, e depois desta data, 67 famílias. (...) 61% das 197 famílias que possuíram engenhos – em algum momento do seiscentos – tiveram seu começo antes de 1620; trata-se, portanto, do núcleo fundador da futura elite senhorial. As demais 77 ou 39% chegaram ao Recôncavo depois dessa época. (FRAGOSO,2001:33)

Segundo este autor, várias foram as formas de acumulação de capital mercantil na constituição dessa mesma elite: produção e comercialização de açúcar, a venda de cativos africanos e outras possibilidades, além do que

a constituição das fortunas daquelas famílias baseou-se na combinação de três práticas/instituições vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/terras – prática que nos trópicos se traduziria em terras e homens, a “baixos custos”, porque foram apossados das populações indígenas; a administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome del Rey, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara – instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia-a-dia da nova colônia.(FRAGOSO, 2001:33)

Concentrando sua pesquisa para o Rio de Janeiro, este autor demonstra também que no processo de constituição das fortunas desses homens, os mesmos nem sempre vieram para cá ricos, mas justamente em busca de riquezas, títulos e privilégios concedidos por *El Rey*, e que possibilitaram a acumulação a muitos que demonstraram disposição para a conquista. Entre estes privilégios, estava o acesso a cargos e o controle administrativo das câmaras municipais, instituições onde se expressava o poder local.

No que diz respeito à origem social dos conquistadores da Guanabara, antes de mais nada é bom lembrar alguns fenômenos, entre os quais o fato de que, a princípio, a grande aristocracia titulada considerava que suas obrigações militares paravam no Marrocos. Ao sul do Marrocos, os principais agentes da coroa eram da pequena nobreza. No Oriente, este quadro só lentamente começaria a se alterar com a militarização crescente do Estado da Índia, como forma de assegurar o comércio asiático. Desse modo, é pouco provável que os Grandes de Portugal tenham, antes de 1620, conhecido a baía da Guanabara.(FRAGOSO,2001:36)

Boxer (2002: 101) explica que dado o desinteresse da alta nobreza portuguesa na nova colônia ‘descoberta’, estando esta mais voltada para as rotas do leste, os primeiros donatários das concessões de terras em 1534 nem sempre pertenciam a elevados estamentos sociais, nem tampouco eram integrantes do grupo mercantil mais rico. Pelo contrário, muitos eram mesmo homens despossuídos de ‘cabedal’ que facultasse uma empresa mais segura nas novas terras, mesmo face aos privilégios jurídicos e fiscais.

A aplicação da nomenclatura de Fragoso (2001:33) pôde ajudar a se buscar também demarcar a constituição da elite senhorial na região do Vale do Macacu, como formada na esteira do processo de conquista do recôncavo do Rio de Janeiro após sua consolidação na baía da Guanabara – braço estendido da colonização em direção aos sertões.

No contexto dessa conquista, a subjugação das tribos indígenas do recôncavo e seu entorno, mediada pelo conflito direto e os efeitos de uma ‘política de alianças’ com determinadas etnias indígenas, teve papel estratégico determinante nesse processo. Em outros casos, a extinção de grupos hostis aos colonos foi o meio comumente empregado.

Os resultados dessa conquista, foram a destruição de milhares de indígenas por guerras e disseminação de doenças “européias”, a tomada, pelos conquistadores, de hectares de terras férteis controladas pelos indígenas e a arregimentação das populações nativas em aldeamentos jesuíticos.

Procedeu-se a um continuado movimento de conquista dos sertões em direção a serra dos Órgãos, que no século XIX ainda atraía a admiração dos viajantes europeus. Tal horizonte de belezas, descortinado à vista dos portugueses quando entraram na baía em 1500, não seria alcançado sem antes os povoadores se ocuparem da posse das muitas léguas de terras existentes entre a serra e o mar.

No conjunto dessas primeiras terras, doadas em sesmaria no recôncavo da baía da Guanabara após a expulsão dos franceses no século XVI, outro ‘rival’ a ser eliminado da disputa pelo território, estão as cedidas a Cristóvão de Barros e Miguel de Moura, já em 1567, pouco menos de um ano após a fundação do Rio de Janeiro e a consolidação do processo de ocupação portuguesa nessa região.

Esse último, fidalgo português, recebeu a primeira grande sesmaria em Macacu, solicitada ao governador-geral Mem de Sá por Cristóvão de Barros. A sesmaria possuía quatro léguas de comprimento por três de largura, com o Macacu correndo ao meio.² Segundo Serrão, *a mais vasta doação de terras que até então se fizera no Rio de Janeiro*. (SERRÃO, 1965:132)

Moura não deu às terras de Macacu nenhum destino produtivo, e conforme as Ordenações Manuelinas³, que o obrigavam a aproveitá-las num determinado prazo de anos, estava fadado a perdê-las caso não o fizesse. Moura fez doação da sua sesmaria de Macacu à Companhia de Jesus em fins de 1571.

Terras doadas e confirmadas, mas ainda a serem conquistadas às tribos indígenas. Nada “colonizáveis”, os tamoios só entregariam com sangue as férteis terras do vale do Macacu, ainda desconhecidas dos portugueses. A disputa atrasou por sua vez o processo de

² O Macacu seria retificado nos anos 1930 pelo Governo Federal, para erradicação das febres palustres que grassavam na região, devido ao seu natural trasbordamento durante a época das cheias, formando pântanos e brejos. Tal medida também valorizaria as terras do vale do Macacu, acarretando nas décadas seguintes, profundos conflitos entre posseiros e grileiros pela posse das mesmas.

³ Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>> Acesso em 13 abril 2008.

medição, indispensável para a feitura do documento final de posse da terra. Os jesuítas tiveram que, talvez não tão pacientemente, aguardar o desfecho da contenda.

Depois de encerrada a ‘guerra’ com os índios, os jesuítas passaram à anteriormente frustrada medição das suas terras macacuanas em julho de 1579, tendo sido as mesmas encerradas vinte anos após. Terras estas ambicionadas por sua força de produção, concernente à intenção da Companhia em estabelecer ali seu estrutural sistema de aldeamento para concentração dos indígenas e fazenda para produção de alimentos.

A *Discrição do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, fonte objeto do presente artigo, produzida no final do século XVIII, apresenta informações que ajudam a avaliar a fertilidade das terras de Macacu:

a terra do Districto de Macacu na maior parte bastantemente fértil, principalmente as que são mais próximas ás Caxoeiras de todos os Rios já mencionados e o seu Clima temperado p^a a produção das Plantas de donde tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão e em q. tem formado os seus estabelecimentos. (DISCRIPÇÃO...)

Deve-se levar em consideração que, ao final dos setecentos essas terras já deveriam ter oferecido aos plantadores várias safras anuais dos produtos agrícolas explorados: cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho e mandioca, esta última para o fabrico de farinha. Mesmo assim, no final do século XVIII, sua força produtiva ainda suscitava elogios.

O mesmo documento também menciona que, apesar de sua fertilidade, muitas áreas em Macacu, mormente nas terras mais baixas, eram facilmente alagáveis ou encontravam-se cobertas de brejos, o que atrapalhava sobremaneira a atividade agrícola. Mesmo assim, ocorreram disputas internas entre os colonizadores pela posse da terra de Macacu.

Um exemplo destes conflitos é o que se deu entre os jesuítas e os herdeiros do conquistador Baltazar Fernandes, que se revelaram ser aos inacianos rivais bem menos perigosos e fáceis de derrotar, do que os tamoios. Segundo Belchior,

quando Mem de Sá concedeu a extensa sesmaria para Miguel de Moura, por inadvertência nela incluiu 600 braças de terras, que um mês antes outorgara a Baltasar Fernandes. Os herdeiros deste morador, posteriormente reclamaram, e na demanda judicial que se seguiu, ganharam em primeira instância, mas viram a sentença reformada em favor dos jesuítas. Todavia o visitador Cristovão de Gouveia, em 1585, penalizado com a situação de pobreza dos legítimos donos, sugeriu que as 600 braças lhes fossem entregues, pois “doía a consciência” com elas ficar. (BELCHIOR, 1965:334-335)

Baltasar Fernandes era tabelião do público, judicial e notas, provido em 22 de fevereiro de 1567, e um dos primeiros que tinham vindo povoar o Rio de Janeiro com a mulher e os filhos. Para ocupar o cargo, que estava vago pela morte de um tal Miguel Ferrão, outro conquistador, Gomes Enes, certamente de maior cabedal, em 11 de março de 1567, prestou fiança a favor de Fernandes, que parecia não dispor de recursos para almejar tal cargo, sendo homem pobre e que teve o mesmo destino de muitos conquistadores, morrendo em combate contra os indígenas. Seus herdeiros iriam manter questão com os jesuítas pelas terras, localizadas na agora parte da sesmaria jesuítica de Macacu. (BELCHIOR,1965:334-335)

Leite comenta sobre a diferença de opiniões de dois padres frente ao caso: contra os Fernandes, o padre Beliarte, provincial jesuíta; e a favor, padre Cristóvão de Gouveia, visitador, que tinha ordenado em 1585 que as 600 braças – realmente pouco - se entregasse aos herdeiros de Baltazar Fernandes. Gouveia, em carta de 11 de setembro de 1585, sobre o caso, declarava que

son seis o siete hombres pobres, que conquistaron aquella tierra con mucho trabajo, y no tienen otras de que pueden sustentarse, y por la justicia “saltem” en el foro interior estar por sua parte dellos e por el grande escândalo que auria em les echar fuera y auver muchos años que estan de posse com suas grangearias y principalmente por que la tierra no ualdra, mas que hasta quarenta ducados y a los Padres sobran lãs tierras, y que allende desta data tiene outra cerca de la ciudad, y los hombres no tiene adonde labrar por el coll.º tener lo mas e mejor delas tierras.(BELCHIOR,1965:190)

Sensível à pobreza dos Fernandes, que dependiam do que pudessem arrancar de alimentos das suas terras, já que provavelmente com o patriarca falecido não puderam mais contar com o usufruto do seu cargo de tabelião. Gouveia lançou, sem sucesso, o argumento de que a Companhia possuía já muitas e excelentes terras na região. No final, os herdeiros de Fernandes, segundo ainda Belchior, terminaram como arrendatários dos padres. Contudo, na ampla doação de sesmarias que se procedeu no Brasil, outros por sua vez receberam grandes extensões de terra.

Através de uma relação de recebedores de sesmarias no recôncavo da Guanabara compilada por Pizarro, foi possível montar uma listagem, de 1565 a 1700, dos que unicamente receberam terras na região dos rios Macacu e Guapiaçu⁴.

Esses sesmeiros não tinham certamente muita noção do que recebiam, dada a extensão de seus lotes, ou, em alguns casos, sua distância em relação ao Rio de Janeiro, tendo também que redobrar-se em esforços para conquistá-las e sujeitos ao risco corrido por Baltazar Fernandes.(WETZEL,1972:17).

Medir, confirmar e ocupar as terras era empresa que deveria ser custeada com recursos próprios. Entretanto, deve-se levar em conta que nem tudo seria tão difícil como parece, a esses homens, já que o simples fato de obter terras, léguas em alguns casos, ‘de graça’, já significava um primeiro e grande passo no caminho da obtenção do status e da acumulação mercantil desejada. Com os dados montou-se o seguinte quadro:

QUADRO 01 – Sesmarias concedidas nos rios Macacu e Guapiaçu (Séc. XVI e XVII)		
1555 a 1600 7 sesmeiros	1601 a 1620 22 sesmeiros	1621 a 1700 27 sesmeiros
Cristóvão de Barros, Miguel de Moura, Jerônimo Fernandes, Alexandre Dias, Gonçalo de Aguiar, Diogo Ferreira, Antonio Fernandes.	Francisco Alves (o Moço), Antonio Fernandes Góis, Lázaro Fernandes, padre Antonio Pinto, Balthasar de Seixas Rabelo, Jorge de Souza, João Danhaja, Pedro da Silva, Sebastião Gonçalves, Pedro de Azevedo, João Nunes Monrroi, Antonio Soares Louzada, Francisco de Pina, Gonçalo de Pina, Francisco Viegas, Antonio Andrade, Antonio Soares, Manoel Quinteiro, Jerônimo Vieira, Ambrosio de Paiva, Alexandre Lopes, Pedro Bentes de Souza.	Domingos da Silva, Pedro Bentes, Vicente Bentes, Miguel Bentes, Leonor Bentes, João Gomes Sardinha (o Moço), Braz Sardinha, Paschoal Sardinha, Gaspar Sardinha, João Fernandes Fontes, Gonçalo Fernandes, Gaspar de Magalhães (o Moço), Miguel Carvalho, João Gomes Sardinha, Manoel Fernandes dos Ouros, Magdalena André, Constantino de Paiva e outros, Capitão Gonçalo de Murros, Domingos de Murros, Capitão Manoel de Aguila Elqueta e outros, Assenço Vaz Tenreiro, Gabriel da Rocha Ferreira, Francisco João, Gabriel da Rocha Silva, Manoel de Coimbra, Antonio Gonçalo Meira, Gabriel da Rocha Freire e outros, Ignácio Correia de Magalhães.

Fonte: Lista de Sesmarias Extraídas dos Livros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho – IHGB (Lata 90 Pasta 2).

⁴ Cf. Lista de Sesmarias Extraídas dos Livros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho – IHGB (Lata 90 Pasta 2). Acrescentou-se sesmarias doadas no rio Guapiaçu, pelo fato deste e do Macacu se constituírem como os principais que cortam de norte a sul a região.

A tabela, na qual se considera o número de recebedores como mínimo e em cuja montagem aplicou-se a periodização proposta por Fragoso, percebe-se significativo aumento de doações de terras em direção à serra dos Órgãos.

Tem-se o exemplo de Pedro, Vicente, Miguel e Leonor Bentes: provavelmente uma mesma família, recebedora de 6.000 braças (13.200 m) no rio Macacu, em 10 de junho de 1624. Há também casos de sesmeiros de sobrenomes distintos, possivelmente aparentados por casamento entre famílias, como no caso de Francisco e Gonçalo de Pina, Francisco Viegas e Antonio Andrade, que receberam em 06 de junho de 1614, nove mil braças (19.800 m) no “*Rio Papocaia*”. É plausível supor também a formação de ‘sociedades’ entre homens não aparentados para a obtenção e exploração de uma dada extensão de terras.

Das concessões listadas que tiveram extensões mencionadas, nenhuma foi menor que as 1.500 braças (3.300 m) dadas a Antonio Soares Louzada no *Rio de Guapiaguasu* em 31 de agosto de 1612. A ocupação do vale do Macacu pelos homens listados no período que vai de 1621 a 1700, ao que indica a fonte, parece ter alcançado seu limite extremo já no começo do século XVIII. Em 14 de março de 1692, Ignácio Correia de Magalhães havia recebido *Terras nas Caxoeiras de Macacu athe onde chamão o Salto do Peixe*.

Na primeira metade do século XVIII, as concessões de terras já alcançavam a serra dos Órgãos: Antonio Pacheco de Oliveira recebeu 5.000 braças (11 mil metros) em 18 de agosto de 1725 *nas cabeceiras do Rio Macacu*. Decorridos trinta e oito anos, Matheus Antonio da Silva, em 13 de agosto de 1763, recebeu *3000 braças em quadra nos sertoes e Matos Geraes do Rio de Macacu*.

Nesse ínterim, era fundada entre os rios Macacu e Cacerebu, a primeira vila do Recôncavo, Santo Antônio de Sá, por ato do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, em 05 de agosto de 1697.⁵

Em suma, a ocupação do vale do Macacu como área propícia à aquisição de terras e conseqüente expansão agrícola e a formação de sua elite senhorial pode ser resumida de acordo com o que demonstrou Sampaio (2003:21-23), ao estabelecer alguns critérios para a formação da estrutura socioeconômica do agro fluminense para finais do século XVIII e início do XIX.

Havia uma grande autonomia da economia fluminense em relação às conjunturas internacionais para o período enfocado, desvinculando a sua análise das antigas teorias que

⁵ Cf. Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. Notação Final DL 04.017. Notação Original DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro.

estabeleciam uma dependência absoluta da economia colonial às rígidas regularidades do mercantilismo, onde a agroexportação *não teria gerado um mercado interno significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados ao seu abastecimento.* (FRAGOSO, 1998:63)

Essa autonomia, segundo Sampaio (2001:21-23), seria gerada por fatores ligados à sua formação:

- 1- Aquisição de mão-de-obra de baixo custo, ou seja, escrava, para a produção de alimentos e as atividades monocultoras da *plantation*;
- 2- Baixo custo dos alimentos produzidos com formas não-capitalistas de produção, gerando um mercado interno no qual se abasteciam as *plantations* escravistas;
- 3- Baixo-custo da aquisição de terras, obtidas através em grande parte através de concessões reais, fator que promoveu uma acumulação desse fator de produção por um pequeno grupo de agraciados;
- 4- A presença de forte acumulação endógena de capital gerado no setor mercantil.

Entretanto, todo este quadro, de formação de uma estrutura socioeconômica de base agrária e escravista e que tinha no comércio uma possibilidade de acumulação de capital, tinha este mesmo capital mercantil não vinculado à sua própria reprodução. Não se trata aqui, de uma sociedade capitalista, com valores burgueses, pois,

A acumulação ocorrida na esfera mercantil significava, na verdade, uma apropriação contínua na circulação de riquezas que, numa sociedade pré-capitalista, são geradas essencialmente na atividade agrária. O que torna possível essa esterilização de recursos, sem que essa atividade seja destruída, são seus baixos custos. (SAMPAIO, 2003:24)

O comércio, de escravos e de gêneros produzidos pelo setor agrário pelo braço cativo, foi gerador de fortunas as quais se voltaram, mesmo com a expansão desse capital mercantil, não para sua própria reprodução, mas para a reiteração da hierarquia social, calcada na manutenção e reprodução do próprio sistema agrário, escravista e excludente.

A aquisição de status social era o objetivo último de muitos homens e famílias ao adquirir terras coloniais, em especial no que tange a este artigo em áreas fluminenses. Portanto, *esse capital, concentrado em sua origem mercantil, ao retornar á paisagem rural cria necessariamente uma estrutura agrária igualmente concentrada.* (SAMPAIO, 2003:24)

Sampaio relaciona esta mecânica das relações socioeconômicas coloniais à própria formação, no agro fluminense, da futura atividade cafeeira, onde se destacaram as atividades de caráter rentista. Mesmo assim, semelhante ao agrarismo dos séculos anteriores ao café, o

resultado era mais uma vez a reiteração de uma ordem social fortemente hierarquizada e excludente, na qual os mecanismos de acumulação estavam concentrados em pouquíssimas mãos. (SAMPAIO, 2003:24)

Macacu: celeiro de grãos

A *Descrição...* demonstrou ser, ao menos até agora, o melhor e mais minucioso documento produzido pelas autoridades coloniais a respeito da economia do vale do Macacu, reunindo, numa única fonte, dados que demonstram essa região possuir em fins do século XVIII uma sólida estrutura de produção agrícola, extrativista e artesanal. Além destes gêneros, outros produtos constavam de sua agenda de produção – madeiras, tijolos, telhas - realizada por famílias de proprietários e não proprietários de terras. Vale conhecer, de forma detalhada, o conteúdo desta fonte.

Aparecem listadas relações nominais de proprietários de engenhos de açúcar, fábricas de farinha, olarias, o número de fogos (residências) e dos chamados ‘*cabeças de família*’ dessas unidades domiciliares. Também aparecem relações de ‘*Officiaes de officios*’, ou seja, trabalhadores especializados, juntamente com serradores e taverneiros.

Em relação aos donos de terras, sejam estes proprietários de engenho de açúcar, fábrica de farinha, lavrador, serrador, oficial ou taverneiro, é apresentada a extensão de suas propriedades, em léguas ou braças, conforme o caso. Indicou-se também o estado civil, número de filhos por sexo e faixa etária de cada homem ou mulher listado, havendo o levantamento da sua respectiva escravaria, indicada através do sexo e grupo etário, ou seja, se crianças (escravos ‘pequenos’) ou adultos (escravos ‘grandes’).

As produções de açúcar, farinha de mandioca, aguardente, arroz, milho e feijão são relacionadas para aquele ano de 1797, aparecem cada qual numa respectiva unidade de medida: arrobas para o açúcar, pipas para a aguardente e alqueires para as demais. Estão também criteriosamente detalhadas a quantidade de bois, cavalos, ovelhas, “bestas muares” e poldros (potros) possuídos por cada listado.

Uma intensa atividade econômica se desenvolvia nos 27 engenhos de açúcar, 02 fábricas de beneficiamento de arroz, 238 engenhos de farinha e 10 olarias. Um total de 649 lavradores produzia em especial farinha de mandioca. Distribuíam-se pela região 30 *oficiais de officio*, 55 serradores e 66 proprietários de tavernas.

A produção gerada importou, para 1797, em 28.795 arrobas de açúcar, 582 pipas de aguardente, 71.111 alqueires de farinha, 3.676 de feijão, 19.269 de arroz e 4.472 de milho.

As arrobas foram mais simples de transpor para nosso sistema de medidas, importando em 431.925 kg, já que uma arroba corresponde a praticamente quinze quilogramas. As 582 pipas de aguardente correspondem a 14.550 almudes. Estes por sua vez equivalem a 464.436 litros da bebida. Para os alqueires, optou-se em utilizar o fator de conversão proposto por Luna & Klein (2001: 4) segundo a seguinte tabela para a conversão alqueires/quilogramas:

TABELA 01: Fatores de conversão				
Produto	Unidade Original	Produto/Densidade	Em Litros	Em quilos
Milho	Alqueire	0,8333	36,27	30,225
Feijão	Alqueire	0,8333	36,27	30,225
Arroz	Alqueire	0,8333	36,27	24,180

Portanto, de acordo com o fator de densidade desses grãos (0,8333) e calculando com base na relação de quantos quilogramas estão presentes em um litro de milho, arroz ou feijão, tem-se que para estes dois últimos deve-se multiplicar o valor em alqueires por 30,225, enquanto que para o arroz, o cálculo a ser feito é através do fator 24,180.

A produção de arroz equivale então a 465.924 kg; a de feijão e milho, respectivamente, 111.107 e 135.166 kg. A farinha é o produto-rei da região. Usando a mesma relação de 30, 225 para a farinha de mandioca, chega-se a uma estimativa de valor máximo de produção, para um ano, correspondente a 2.149.329 kg do produto.

A farinha superou em 1.717.404 kg a produção de açúcar de cana. Definitivamente, pelo que informa a fonte, a região de Macacu não tinha a agromanufatura do açúcar como atividade econômica principal. Mesmo adotando-se o menor fator, de 24,180, utilizado para o arroz, a farinha ainda assim alcançaria uma produção de 1.719.463 kg, ou seja, 1.255.027 quilogramas a mais de farinha que de açúcar.

Ainda com relação à produção, o relator da *Discripção...* faz menção à mentalidade das populações em relação ao processo produtivo na agricultura:

Na plantação destes gêneros estão formados os estabelecimentos destes Lavradores em q. achão ou tirão a sua maior conveniência e não procurão adiantar com outra qualquer Lavoura, talvez por q. se lhe não faça preciso ou por q. vivem aferrados ao uso e costume dos seus antecessores e não pela qualidade da terra, q. sertam.e [certamente] he boa...(DISCRIPÇÃO...)

Macacu: sociedade escravista

Um motivo de preocupação para os habitantes da região era, segundo a *Discrição...*, a questão da mão-de-obra, já que “*n’estes mesmos escravos consiste o cabedal destes lavradores*”. A principal queixa dos que se dedicavam a agricultura era o preço exorbitante dos negros bem como sua grande mortandade. Alguns, inclusive, haviam ficado pobres em decorrência da quantidade de cativos que perderam. A ociosidade e vadiação de uns foi justificada em função destas perdas. Como não havia condições de trabalho por falta de braços, desistiam de tudo e passavam a viver de caridade.

A fonte traz, em suas últimas páginas, um “*Resumo Geral dos Engenhos, Fogos, Almas, Rendimento etc da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu*”, que indica a Vila com a presença de 11.538 moradores (Almas) e 1.159 casas (Fogos), este idêntico ao de ‘*cabeças de família*’ (chefes de família). (DISCRIPÇÃO...)

Portanto, o caráter escravista na sociedade macacuana, pode ser reforçado tomando-se por base a própria *Discrição...*, que registra a presença, no interior do conjunto da população de Santo Antonio de Sá, de 6.831 cativos (59,2%), em contraste com 4.707 livres, número equivalente ao percentual de 40,7 %, o que dá, em média, pouco mais de um cativo (1,4), para cada livre. Deve-se, porém, ressaltar o cuidado que se deve ter com a exatidão das informações destes ‘censos populacionais’ coloniais.

A população da região caracterizava-se por ser em sua maioria, formada por pequenos e médios proprietários com pouco ou nenhum escravo. Pode-se inferir que a maior parte da mão-de-obra cativa estaria concentrada nas grandes propriedades. Mesmo assim, os dados fornecidos pelas fontes mostram a predominância da mão-de-obra cativa. Todavia, isto poderá ser comprovado à medida que as pesquisas avançarem.

Adotando um critério comparativo, segundo o relatório do marquês do Lavradio, em 1778, a Vila de Macacu (Santo Antonio de Sá) e suas freguesias, possuíam já perto de 17.329 habitantes, sendo 8.371 livres, 8.958 escravos e 2.085 residências (fogos), numa área total de 1.500 km².⁶

⁶ Relatório do Marquês do Lavradio – 1778.

TABELA 02- Produção agrícola da Vila e Município de Santo Antônio de Sá.						
FREGUESIA	AÇÚCAR	CACHAÇA	FARINHA	FEIJÃO	MILHO	ARROZ
Santo Antº de Sá	73 caixas	52 pipas	360.000 Litros	14.400 Litros	18.000 Litros	108.000 litros
Ssma Trindade	26 caixas	15 pipas	1 milhão Litros	79.200 Litros	61.200 Litros	126.000 litros
Guapimirim	50 caixas	5 pipas	324.000 Litros	72.000 Litros	7.200 Litros	90.000 litros
Itambi	115 caixas	180 pipas	54.000 Litros	36.000 Litros	2.880 Litros	21.000 litros
S.J. de Itaboraí	290 caixas	160 pipas	838.620 Litros	289.440 Litros	405.900 Litros	103.284 Litros
Uma arroba = 15 kg			Uma caixa = 35 arrobas			

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778.

De um total de 4.011.124 litros, ou 1.819.103 kg (100%) de gêneros produzidos (menos o açúcar e a aguardente), a farinha de mandioca correspondeu a 64,2% da produção (2.576.620 litros ou 1.168.535 kg); o milho, 12,3% (495.180 ou 224.571 kg); o feijão, 12,2% (491.040 ou 222.693 kg) e o arroz 11,1% (448.284 litros ou 203.303 kg).

Se considerado o milhão de litros de farinha produzidos na Santíssima Trindade, no vale do Macacu, se alcança o montante de 453.514 kg de farinha, correspondente a 24,93% de toda a produção de Santo Antônio de Sá. Considerando-se unicamente a farinha, alcança-se o índice de 38,8% da totalidade do produto fabricado apenas nessa freguesia.

Lisboa (1967) informa que em 1790 a Vila, ou seja, suas freguesias, já se encontravam povoadas por um número próximo a trinta mil pessoas. Esses moradores produziam cana-de-açúcar e as safras beiravam em torno de novecentas a mil caixas, produzidas do trabalho de 2,273 escravos. Contava ainda 126 fábricas de anil, nas quais estavam alocados quinhentos e trinta escravos de serviço, com os quais faziam 540 arrobas do produto, sendo responsáveis também pela criação de 12 olarias

da mais excelente argila de diversas variedades, que sendo preparadas como convinha á indústria e riqueza Nacional fornecerião a mais rica porcelana em vez dos rudes trabalhos da louça mal cozida que fabricam, ocupando utilmente muitos braços, e produzindo variados objetos do Comercio de honesto trafico. (LISBOA, 1967)

Os dados de Lisboa destoam de forma gritante dos apresentados pelo marquês do Lavradio e pela *Discipção...*, de 1797, referentes à produção do anil em Macacu. Enquanto Lavradio em nada informa sobre o produto, a *Discipção...* limitou-se ao registro de pequena e desanimada nota à página 28 do documento:

O Anil dá em algumas das partes deste Districto; porém mal e segundo as experiências q. se tem feito não faz conta por q. o seu rendimento he muito diminuto, q. lhe serve mais de prejuízo, do q. de conveniência; e por isso não usão della. (DISCRIPÇÃO...)

Quanto ao número de escravos, que é dado na *Discipção...*, como sendo de 6.827 cativos no todo, Lisboa fala de apenas 2.803. Mesmo assim, esse autor não deixou de apontar, embora em tom ufanista, para a pujança econômica da região de Macacu.

Com relação à produção de açúcar, os dados do marquês do Lavradio indicam, incluindo Itaboraí, a produção de um total de 554 caixas do condimento, o que a 35 arrobas por caixa alcança o montante de 19.390 arrobas, ou seja, uma produção de quase 291 toneladas. Lisboa aponta para uma produção de, no mínimo, 900 caixas, 31.500 arrobas (472 toneladas e meia). Se considerado o máximo, mil caixas, pode-se calcular uma safra de açúcar de 525 toneladas. Os dados da *Discipção...*, mencionam a produção total de 28.795 arrobas, ou seja, 822,71 caixas, perfazendo quase 432 toneladas do produto.

Tem-se então, algo entre 291 toneladas de açúcar para 1778, 472 a 525 toneladas para 1790 e as 432 para o ano de 1797. Dados que não possibilitam apresentar com segurança uma regularidade na produção das safras de açúcar para Macacu. Tal circunstância talvez possa ser explicada através da *Discipção...* pelo fato de que

os Lavradores da Cana, porem, os q. não possuem terra mais forte e própria para a plantação da Cana e q. não tem terras cem abundancia são os q. extrumão os Canaviaes com o bagasso da mesma Cana, depois de muhido e podre com a continuação do tempo. (...) mas este condimento não he geralmente sempre certo, he conforme a qualidade da terra ou lugar e conforme corre a Estação do anno, porem a terra chamada Massapé, q. jhe barrenta e vizcoza, sempre he a melhor e mais própria para esta plantação q. de ordinário o seo assento he em Varges beira Rio. N'esta plantação há annos q. os Lavradores experimentão grandes prejuízos, huns por cauza das enchentes, quando estas são extraordinárias tendo os Canaviaes em terras baixas, estando ainda pequenas as Canas de pouco tempo plantadas por q. as mata e outros por cauza de huns pequenos Insetos a q. os Lavradores chamão Baratas (...) Além d'este prejuízo, segue-se mais quando a Estação he Tórrida experimentarem alguma falta de Condimento, quando esta Plantação hé feita em terras arientas e montuozas. (DISCRIPÇÃO...)

Lisboa não oferece dados sobre a produção de farinha, arroz, feijão e milho, não sendo possível estabelecer qualquer critério comparativo com esta fonte neste caso.

Com respeito às olarias, os dados se aproximam da *Discrição...*, que menciona a haver 10 olarias que produziram 88 mil telhas e 179 mil tijolos. Nada desprezível para apenas um ano de produção, numa média aproximada de 7.300 telhas e 14.900 tijolos/mês.

Pelo menos seis dessas olarias eram pertencentes a senhores de engenho listados: D. Ângela Rita Gago da Câmara, Marcos da Costa Falcão, Antonio de Oliveira Braga e os capitães Manoel Velho da Silva, Braz Carneiro Leão e José de Souza Lobo.

Tal volume de produção cerâmica pode indicar que seriam as telhas e tijolos produzidos comercializados no Rio de Janeiro e adjacências. Uma atividade certamente corriqueira e tradicional no cenário econômico do vale. Tanto o é, que durante sua visita na região, à fazenda Rio das Pedras, no avançado ano de 1846, Thomas Ewbank (1973:359) relatou que

Nesta fazenda fazem-se grandes quantidades de tijolos e telhas. Sob um telheiro encontravam-se negras jovens e de meia-idade, apenas cobertas por um saíote, algumas com crianças presas às costas, a meterem dentro dos moldes a argila que lhes cobre os braços e as pernas e lhes lambuza a cara. (EWBANK, 1973:359)

A *Discrição...* identifica que a região possuía, além dos produtos já citados, algumas poucas plantações de café em propriedades pequenas e médias utilizando para isso, pouco ou nenhum escravo. O informante salienta que esta era uma prática local por tratar-se de proprietários pobres e como a terra era boa o suficiente para não precisar de preparo, apenas uma pessoa podia plantar e colher o café. Observa-se que o café não apareceu na lista de produtos analisados pelo Marquês do Lavradio. Pode-se inferir tratar-se mesmo de uma pequena produção voltada para o consumo local e sem representatividade econômica.

O documento salienta que havia muitas terras devolutas na região e as que ficavam cansadas devido ao constante uso eram abandonadas em busca de novas. Todavia, esta informação precisa ser relativizada, pois desde o século XVI ocorriam constantes disputas por terras na área. As disputas eram comuns porque parte das terras disponíveis ficavam inundadas durante grande parte do ano, impossibilitando seu cultivo.

Na *Discrição...*, percebe-se que apesar da relativamente expressiva produção de cana-de-açúcar, esta não era boa planta para a região e os agricultores experimentavam há anos constantes prejuízos, não só por causa do excesso de águas como também porque a umidade favorecia o aparecimento de pragas que destruíam os pés ainda novos. Cita também as

plantações de arroz e milho, mas para ele, a mandioca era a principal lavoura da região e era em seu cultivo que a maior parte dos lavradores estavam empregados. Ainda assim, havia também constantes perdas por causa das enchentes e do calor excessivo.

Macacu: exportador de farinha

No manuscrito *Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu*,⁷ produzido também no final do século XVIII (1786-1790), acerca de notícias veiculadas da existência de ouro nos sertões de Cantagalo, na capitania do Rio de Janeiro, encontra-se uma listagem de lavradores a quem o Estado comprou farinha para abastecimento das tropas de milícias encarregadas de controlar o acesso, e o contrabando do metal amarelo nas rotas de acesso às ambicionadas, e supostas, minas.

Tal produção era armazenada no ‘*paio da Caxoeira*’, localidade estabelecida junto à subida da serra dos Órgãos. Segundo a fonte, o sargento-mor Joaquim José da Fonseca comunicava ao vice rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró (1778-1790), através de três cartas, datadas de 14 de janeiro, 13 de fevereiro e 22 de maio de 1786, a aquisição de 899 (27.172 kg) alqueires de farinha de mandioca por compra aos lavradores das freguesias da Vila de Santo Antonio de Sá, pelo preço global de quatrocentos e vinte e três mil cento e vinte réis (423\$120). Com dados existentes nas cartas do sargento-mor foi possível construir a tabela abaixo:

TABELA 03: Informações sobre produção de farinha de mandioca na Vila de Santo Antonio de Sá.

	Alqueires de farinha	Número de produtores	Menor preço (réis p/alqueire)	Maior preço (réis p/alqueire)	Menor entrega (alqueires)	Maior entrega (alqueires)	Valor total
14.01.1786	210	29	\$360	\$500	01	24	87\$960
13.02.1786	467	121	\$320	\$520	01	32	218\$720
22.05.1786	222	46	\$400	\$640	01	20	116\$440

Fonte: Novas Minas de Macacu. Original Manuscrito – 1786

⁷ Correspondência e documentos relativos as novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza – 1786 a 1790. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Catálogo 09,3,017-021.

Entre os 196 produtores listados⁸, foi observada a presença de 22 mulheres (11,2%) proprietárias de terras e plantações. Faria, em sua tese sobre a família no cotidiano colonial, para Campos dos Goitacazes, afirma ser comum haver mulheres chefiando lares no mundo colonial, mas relativiza essa informação, considerando sua maior incidência nas áreas urbanas, já que *a mulher sozinha, com filhos consumidores, dificilmente conseguiria sobreviver enquanto 'cabeça de família' em área rural, sem escravos ou agregados*. (FARIA, 1998:53).

Foi possível subdividir as entregas de farinha em três grupos: um primeiro e grande grupo com capacidade de fornecimento de 01 até 04 alqueires por lavrador, formado por 142 entregas; um segundo grupo, de 6 a 10 alqueires, com 28 entregas e um terceiro grupo, de 12 a 32 alqueires, formado por 18 entregas, configurando-se a existência de uma hierarquia entre estes lavradores de farinha, sendo o maior fornecedor o padre Francisco da Silva Ferreira, vendedor da única entrega de 32 alqueires, ao preço de \$480 réis por alqueire, perfazendo 15\$960 (quinze mil novecentos e sessenta réis). O menor fornecedor foi Francisco Lopes, com apenas meio alqueire, a \$400 réis o alqueire, em 13 de fevereiro.

Para a abordagem do segundo ponto, nos apoiamos em Schwartz (2001:166)

O cultivo da mandioca era a agricultura dos pobres, sempre organizado como produção de roça. Embora alguns agricultores de subsistência auto-suficientes estivessem envolvidos nessa lavoura, a produção de gêneros alimentícios para o mercado, oriunda de pequenas roças, caracterizava o mercado baiano (SCHWARTZ, 2001:166).

Dado o exposto na fonte utilizada, percebem-se características similares ao contexto baiano no tocante ao quadro social dos produtores de farinha: produção nas mãos de roceiros, com baixa aplicação de mão-de-obra cativa e propriedade de pequenas áreas de terra, próprias ou arrendadas.

Os preços estipulados para a compra apresentam uma lógica interessante. Tomando-se como exemplo onze fornecedores de oito alqueires no dia 13 de fevereiro, dois receberam 400 réis por alqueire; um apenas, o forro Francisco, 440 réis; quatro, 480 réis e outros quatro, 500 réis por alqueire de farinha. Brígida Vieira, no mesmo dia, recebeu 520 réis pelo único alqueire entregue ao sargento-mor Joaquim José da Fonseca, ao passo que Joana Emerenciana, no dia 12 de janeiro, lucrara menos: 320 réis por também um único alqueire.

⁸ Foi desconsiderada, nas três listagens, a repetição de nomes, sendo analisadas em seu conjunto e abordadas as três datas de compra como listagens independentes entre si, buscando caracterizar a possibilidade de oferta do produto na região.

Infelizmente, os dados disponíveis não permitem elucidar quais regras ou negociações regularam o preço da farinha nesses três meses de fornecimento.

Uma oscilação de preços, ligada à quantidade de produtores/mês pode ser observada no valor do alqueire da farinha indicado pela Tabela 03. Para os produtores que venderam maiores quantidades, o preço do alqueire foi valorizando durante os três meses de fornecimento: em janeiro, 500 réis; fevereiro, 520 e maio, chegava a 640 réis por alqueire. No caso dos menores fornecedores, em janeiro o alqueire estava ‘cotado’ a 360 réis, diminuindo esse valor para 320 em fevereiro, mês em que maior número de fornecedores entregou remessas do produto e em maio, subiu para 400 réis. Talvez a capacidade de oferta do produto fosse baixando, já que a produção da farinha está associada ao tamanho das roças de cada produtor e o tempo de maturação da raiz para que pudesse ser submetida ao processo de fabricação.

A listagem dos 196 produtores de farinha, como se disse, para abastecimento das tropas de milícias encarregadas de vigiar os caminhos e buscar coibir o contrabando de ouro das Minas de Macacu, não representa nem de longe o número dos produtores apresentado pela *Descrição*.... Neste último documento, considerando-se os 27 senhores de engenho de açúcar (que também produziam farinha), 238 donos de ‘fábricas de farinha’ e 649 lavradores, tem-se um total de 887 produtores, o que ultrapassa aquela primeira listagem em 691 indivíduos, o que talvez possa ser explicado pelo fato das autoridades coloniais terem um limite para as compras de farinha para tropas que talvez não fossem tão numerosas assim.

Se é possível perceber similaridade dessa atividade ‘farinheira’ com o caso baiano, no ponto onde Schwartz (2001:166) caracterizou essa produção como alternativa dos pobres, essa característica reforça-se quando associada a outro caso, o de Paranaguá, no Sul do Brasil.

Leandro (2003:267) discutiu formas de produção econômica para essa região litorânea e portuária da província do Paraná. Além da produção do mate, o autor apresentou a farinha como produto largamente produzido e de melhor acesso por parte dos pobres, que pela posse – ou arrendamento - de pequenas áreas de terra, o que condiciona a quantidade possível de covas plantadas, pouco poderia produzir. Quanto mais colocar à venda um volume comercializável de produção excedente.

Nos inventários post-mortem rurais e mistos, cujos inventariados possuíam propriedade escrava, vimos que a mandioca e a farinha dela extraída se destacavam quando comparadas a outras culturas agrícolas. Da mesma forma, pode-se afirmar que aqueles que não possuíam cativos, e que conseqüentemente estavam mais próximos ao cotidiano da pobreza, também viviam "presos" à civilização da mandioca. (...) A partir de todos os inventários analisados, com ou

sem propriedade escrava, é possível concluir que o principal traço do ambiente rural da comarca de Paranaguá era a vinculação das suas propriedades agrícolas ao cultivo da mandioca e sua transformação em farinha. Quase todas as propriedades inventariadas possuíam utensílios relacionados ao mundo da farinha, aquilo que o jesuíta José Rodrigues de Melo chamou, no final do século XVIII, de "bens que o uso reclama. (LEANDRO, 2003: 268)

O autor comenta sobre os produtores que não tinham posses suficientes, nem recursos financeiros, para a abertura de inventário e, portanto, não detentores de utensílios necessários para produzir farinha que verificou presentes nos bens dos inventariados – roda, prensa, forno e tacho (de cobre). Sugere ainda a presença de formas alternativas para a produção de farinha por parte dos não possuidores desses utensílios, embora não tenha encontrado menção a estas formas na documentação por ele analisada, mas é plausível sua argumentação de que de alguma forma, dada a universalidade da produção da farinha pela população da comarca de Paranaguá, estas pessoas deveriam produzir a sua própria.

Por sua vez, Hebe Castro, em trabalho para Capivari (atual município de Silva Jardim), na província do Rio de Janeiro, faz menção a estas formas alternativas de se elaborar farinha. Capivari era freguesia integrada à região de Macacu, para onde Castro menciona três tipos de preparo da raiz da *Maniot utilissima*, atividade de transformação relacionada à maior ou menor possibilidade de aquisição dos utensílios necessários. Estes três tipos relacionam-se respectivamente à produção dos tipos farinha d'água ou farinha gorda, farinha d'água de mistura e farinha seca. (CASTRO, 1987:86)

No primeiro caso, apenas o forno era requerido para a última etapa, sendo primeiramente a mandioca amolecida em água exposta ao sol, espremida à mão e coada em peneira grossa. No segundo caso, o forno de cobre e a roda de ralar eram indispensáveis: "a mandioca é primeiramente ralada e depois misturada com água, espremida à mão e passada em peneira fina, misturando então o que 'passou' e o que ficou na peneira, de modo a formar novamente uma só massa, de novo espremida e levada ao forno". No terceiro caso, entram em cena os utensílios mais comuns no preparo da chamada "farinha seca": "a mandioca raspada é lavada e ralada em um ralador que pode ser movido à mão ou a água, submetida neste estado durante várias horas à ação de uma prensa, passada em peneira fina e levada ao forno ou tacho para ser cozida e torrada. (CASTRO, 1987:86)

Sendo assim, quem não possuía os utensílios, poderia utilizar-se de um ou outro método ou mesmo nenhum, o que oferecia possibilidades baratas de produção. A proximidade entre Capivari e Macacu sugere uma possibilidade de difusão destas técnicas.

A falta de recursos levava os pobres a 'improvisar' criando novas formas de produção, e vale ressaltar que os indígenas, de onde o colonizador português aprenderia primeiramente a

comer, e depois a produzir farinha, certamente desconheciam roda, tacho e ‘forno’, na sua produção.

Possivelmente, Francisco Lopes, lavrador em Macacu, que forneceu apenas meio alqueire de farinha (15 kg) às tropas coloniais, o único a fornecer tão pouco, de acordo com a segunda listagem de fornecedores, de 13 de fevereiro de 1786, recebendo 200 réis, utilizou-se de um destes três métodos.

Leandro (2007:15) apresenta, para Paranaguá, em Santa Catarina, que:

No mundo rural da comarca de Paranaguá, nas unidades agrícolas de proprietários de escravos e nas unidades agrícolas daqueles que a historiografia rotulou como "livres pobres", foi possível observar a existência de um modo de vida cujo trabalho ao redor da mandioca e da farinha da mandioca encontrou sua expressão máxima. A mandioca garantia os mínimos vitais da população livre pobre e escrava. Estes a tinham como a sua principal referência alimentar, a sua primordial fonte calórica disponível à época. (LEANDRO, 2007:15)

É bem provável que esta relação também se desse para a região de Macacu, dado que em 1797, segundo a *Discrição...*, ao menos para os 649 lavradores listados pode-se montar o seguinte quadro:

QUADRO 02: Quantidade de escravos por cada produtor										
Nº de	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
Escravos										
Nº de Produtores	206	89	79	65	43	35	22	18	16	08
Nº de	10	11	12	13	14	15	16	17	19	10
Escravos										
Nº de Produtores	16	13	03	04	05	03	02	01	01	16
Nº de	17	19	21	22	23	24	27	31	34	41
Escravos										
Nº de Produtores	01	01	03	02	02	01	01	01	01	01

Enquanto 206 produtores não possuíam, cada um, nenhum escravo, apenas 03, vão possuir respectivamente 31, 34 e 41 cativos. Todos esses 649 lavradores produziram um total de 26.548 alqueires de farinha (802.413,3 kg). Já dos listados como donos de “fabricas de farinha”, portanto possivelmente possuidores de roda, tacho e forno, ou seja, todos os utensílios necessários, apenas 13 não possuíam nenhum cativo. O maior detentor de escravos

contará a propriedade de 90 cativos, produzindo 960 alqueires do produto (29.016 kg). Este grupo, com apenas 238 produtores, produziu por sua vez um total de 38.633 alqueires (1.167.682 kg).

Outrossim, o documento produzido em Macacu revelou que, de forma subsidiária, aquela produção farinheira gerou uma peculiar atividade econômica: o aluguel de sacos para acondicionamento do produto. Relata o sargento-mor, em carta de 12 de janeiro, que a farinha era acondicionada em *sacos de aluguer*. Na carta de 13 de fevereiro, anotou que

*pelo Ajudante Ângelo Soares Gomes de Proensa, recebi oitenta e sete mil nove centos e secenta reis, com que satisfiz aos Fazendeiros as suas respectivas quantias condicionada somente, quinhentos sincoenta e quatro alqueires em huma talha de madeira, que mandei aprontar e fazer a fim de ficarem assim mais bem acondicionadas, e os donos dos sacos não sentirem prejuízo, ficando de fora da dita talha cento e trinta e trez alqueires em sacos.*⁹

Inferese que respeitadas as peculiaridades regionais, a produção de farinha representava atividade econômica para sustento das famílias e uma potencialidade comercial, sendo alimento basilar na Colônia, independente da distância existente entre as áreas analisadas: Salvador no Nordeste; Paranaguá, no Sul e a Vila de Santo Antônio de Sá, demonstrando o caráter generalizado da cultura da mandioca no mundo colonial.

Portanto, a farinha de mandioca era largamente produzida de norte a sul no Brasil oitocentista, e mesmo sendo produto que concentrava sua produção nas mãos da multidão dos mais pobres, constituía-se gênero básico na alimentação de todos, livres, libertos ou cativos, ricos ou pobres, além de possuir valor de troca ou venda, conforme o caso.

Alimento tão essencial e cotidianamente presente na dieta colonial, que até mesmo os viajantes que por aqui passaram e que a viram sendo produzida em várias regiões do país, fizeram questão de registrá-la em seus escritos. Dentre eles, estão John Lucock (1942), para o Rio de Janeiro; Henry Koster (1942), para o Nordeste e Maximiliano Neuwied (1940), príncipe de Wied, em sua viagem entre o Rio e a Bahia (AGUIAR, 1982).

Todos, de uma forma ou de outra, identificaram ser a farinha de mandioca o principal alimento das camadas populares e mesmo de grande parte das elites brasileiras.

⁹ Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu (1786-1790). op. cit.

A exploração das madeiras e o comércio

Além da agricultura, a *Discripção...* aponta para outra atividade que tinha papel relevante na economia da região de Macacu: a extração e o comércio das madeiras, abundantes e presentes em variadas espécies. Essas madeiras rendiam bom lucro aos extratores: *Ella he de tal interece, q. sendo laborioza e pezada a sua factura, e conducção para os Portos de Embarque, nem por isso deixão de continuar com as fabricar...* (DISCRIPÇÃO...)

Em 1797, segundo ainda o documento, Macacu produzira 1.482 dúzias de tábuas, ‘conssoeiras’, vigas, ‘frexaes’, ‘pãos de prumo’, ‘pernas’, caibros e curvas, perfazendo um total de 17.784 peças, indicando também a presença de 55 ‘serradores’.

Cortar e transportar as madeiras do interior das matas, puxadas por bois, era trabalho duro e difícil, mas os lucros compensavam. Trazidas aos portos nas margens dos rios, eram vendidas a negociantes que as vinham buscar e que também garantiam seus lucros como “atravessadores” dessas madeiras.

Segundo Cabral,

apesar de haver registros de extrativismo madeireiro no Vale do Paraíba, na ilhas da Baía de Guanabara e na Baía da Ilha Grande, o grosso da fibra lenhosa, ao longo do século XVIII, parece ter sido extraído das médias e altas porções das grandes bacias hidrográficas da Baixada Fluminense – como as do Macacu, do São João, do Macaé e do Muriaé – onde ainda remanesciam, pouco modificados, vultosos estoques de Mata Atlântica primária. (CABRAL, 2007:133-162)

A extração das madeiras de Macacu é considerada por Cabral como atividade desenvolvida desde a época de Martim Afonso de Souza, no século XVI, e tão importante quanto a produção de cana-de-açúcar e a farinha de mandioca no XVIII, tomando impulso a partir da criação do Arsenal de Marinha, em 1763, ano em que ocorreu a transferência da capital da Colônia de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, por motivo do controle da extração, e extravio, do ouro das Gerais. Com esta criação, “*a madeira necessária ao empreendimento foi encomendada às “pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer negócio em madeiras”, segundo o Conde da Cunha. (CABRAL, 2007:147)*

Esse comércio madeireiro estava intimamente relacionado ao regime das águas dos rios, já que no período de cheias o transporte das mesmas pelos pequenos rios até os portos maiores se tornava mais fácil. Caso contrário,

não só com seos Escravos, como com homens e jornaleiros, a quem pagão vencendo a dificuldade da navegação naquelles lugares aonde não chegão as

Embarcaçoens de Maior Porte, pela falta de águas, em as conduzir em Canoas e em Balsas, q. são bem semelhantes as Jangadas e tão seguras q. sustentão homens q. as conduzem com Varas ate os lugares em q. se achão as Embarcaçoens p^a as receber, o q. lhes he mais suave e menos penozo nas occazioens de abundancia d'aguas. (DISCRIPÇÃO...)

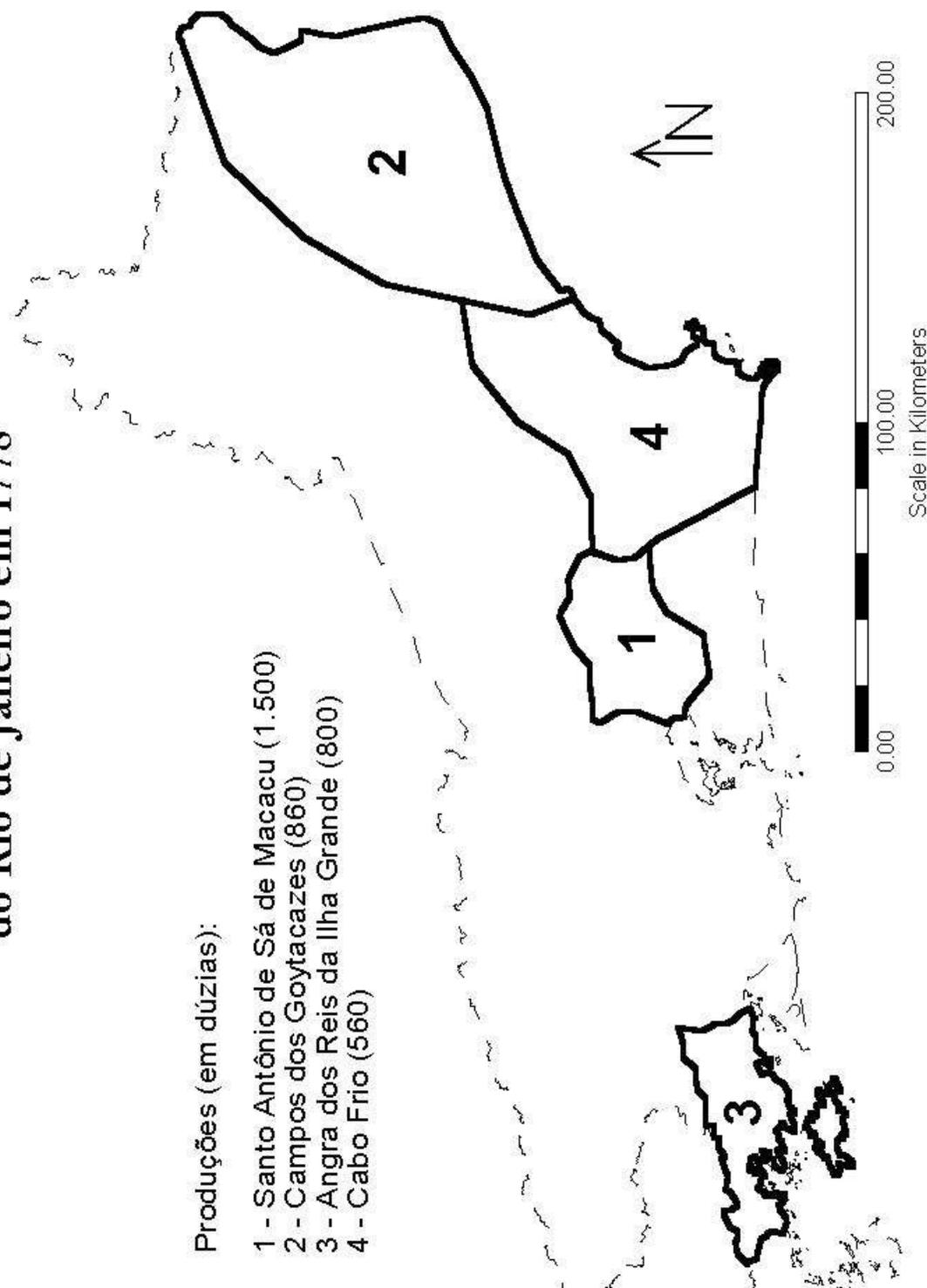
Na mesma fonte encontra-se um levantamento das madeiras existentes na região, apresentando o nome e a utilidade de cada espécie, numa listagem de sentido muito racional e utilitário, “*não se fazendo menção de outras de q. se não sabe os nomes e préstimos, q. por não haver necessidade não se tem uzado dellas*”.(DISCRIPÇÃO...)

A biodiversidade das matas, em se tratando das diversas espécies vegetais presentes nas matas das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá era com toda certeza muito maior, já que só se listou o que interessava de imediato ao comércio.

O levantamento em Macacu não se preocupou em listar unicamente madeiras para corte, mas também plantas para uso medicinal, revelando um grande conhecimento das potencialidades extrativas da floresta tropical:

Nestes mesmos Mattos e Campos se encontra a Puaya, o Sipó-Almecida, o Fedegozo brabo, a Bulica e a Salsa da terra: todas Medicinaes; como também o Urucum, q. das suas frutas se extrae tinta encarnada e a, tinta amarela do seo Sipo [cipó], q. também são Midicinais. (DISCRIPÇÃO...)

Mapa 1 - Distritos Produtores de Taboados da Capitania do Rio de Janeiro em 1778



Produções (em dúzias):

- 1 - Santo Antônio de Sá de Macacu (1.500)
- 2 - Campos dos Goytacazes (860)
- 3 - Angra dos Reis da Ilha Grande (800)
- 4 - Cabo Frio (560)

Fonte: CABRAL, Diogo de Carvalho. *A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental*. Revista de História Regional.12 (1):133-162, Verão, 2007

Fonte: LAVRADIO, M. (1946 (1779). Relatório. RIHGB 76: 289-360.
Base: R. CHAVES e A. CARDOSO (adaptado de IBGE, 1997)

Outra forma de comércio era o realizado nas vendas de beira de estrada ou nas localidades onde *mais ou menos há o Surtimento para a sustentação deste Povo ordinário.*

Uma economia, entretanto, realizada não exclusivamente pela compra com dinheiro, mas também à base de troca de produtos entre os lavradores e os comerciantes, estes recebendo madeiras e alimentos em troca de outros produtos.

A esta negociação acresce também aos Vendeiros a utilidade q. tirão em venderem o Mantimento a troco de Madeiras, farinha, Milho, Feijão e Arroz, no q. acrescentam o seo negocio, recebendo muitas vezes por preço moderado, mais do Ordinário, a q. sevem obrigados seos donos (os q. são pobres) p^a remediarem a sua necessidade. (DISCRIPÇÃO...)

Além das madeiras e dos produtos comprados ou intercambiados nas vendas, a população explorava também outras formas de subsistência e comércio:

Também nas Aves domesticas e Ovos fazem o seu interece alguns destes moradores, principalmente as mulheres, por serem as q. cuidam mais na criação dellas, em as vender aos Quitandeiros q. vem a este lugar e em as mandar p^a a Cidade, e outros também percebem algum lucro na vendage de alguns Porcos e Carneiros; como também do Fumo, formado em Molhos, a q. chamão Fumo de folha. (DISCRIPÇÃO...)

Analisando a formação social dos oficiais, serradores e taverneiros, vai-se encontrar na *Discripção...* aqueles subdivididos em atividades especializadas ligadas ao setor madeireiro: 10 carpinteiros, 03 marceneiros e 2 tamanqueiros. No setor de ‘serviços’, 04 ferreiros, 02 pedreiros, 03 alfaiates, 03 sapateiros, 01 calafate, 01 latoeiro e 01 cabeleireiro. Exceto Francisco José da Silva, sapateiro, casado e com um filho menor, que possuía um lote com 4.840 m², nenhum deles apareceu como possuidor de terras. Escravos, muito poucos, havendo 20 cativos para todo o grupo de 30 ‘oficiais’.

Sobre os donos de tavernas, espécie de birosca ou venda, a *Discripção...* oferece uma lista de 66 taverneiros que exerciam essa atividade e detinham a posse, em conjunto, de 166 cativos. Desses, 17 (25,75%) não possuíam nenhum escravo.

Os dois maiores taverneiros donos de cativos eram Manoel João e Francisco de Abreu, com 17 escravos cada um. O primeiro era viúvo com 04 filhos adultos (3 homens e 1 moça) e proprietário de um lote com 6,53 km². Produziu com seus escravos 20 alqueires de farinha, 60

de feijão, 40 de arroz e 100 de milho. Possuía um plantel de 6 vacas, 12 ovelhas e 2 cavalos. Já Francisco de Abreu era casado, 04 filhos (1 homem e 3 moças). Não produziu nenhum cereal naquele ano e possuía 04 bois, 03 vacas, 02 novilhas e 04 cavalos. Seu terreno possuía uma área de 1,66 km².

Por sua vez, Gabriel Martins, solteiro, possuía 05 cativos, sendo que destes somente 02 eram homens adultos. Sua produção agrícola foi a maior de todos os taverneiros tomados isoladamente, calculada em 100 alqueires de farinha, a mesma medida de feijão e arroz e 90 de milho. Sua propriedade tinha uma área de 2,90 km².

Pode-se inferir que esses taverneiros proprietários de terras poderiam produzir os gêneros que comercializavam, arrendar suas terras para essa produção ou mesmo não dispor, em suas vendas, do comércio de cereais.

A fonte apresenta que parte das populações que viviam e produziam em Macacu constituía-se de pessoas muito pobres, trabalhando em pequenas extensões de terras próprias ou cedidas. Um número de 401 agregados pôde ser também ser identificado. Pode-se inferir que parte dessa produção nem sempre podia satisfazer as necessidades do mercado de farinha, mas apenas garantir o seu sustento.

Macacu: outras informações

A tração, transporte, produção de carne e leite, segundo a *Discripção...* era possibilitada pelo considerável número de bois, vacas, novilhos, ovelhas, mulas, burros e cavalos existentes na região e que aparecem enumerados na fonte: 1.821 bois, 1.186 vacas, 590 novilhos, 855 carneiros e ovelhas, 839 cavalos, 565 ‘bestas muares’ e 32 poldros.

Integra-se a essas informações um acurado levantamento das tropas coloniais aquarteladas no referido *Districto*. Uma força de 1.330 homens, entre oficiais superiores, praças e soldados estava subdividida em dois grupamentos: um Terço da Ordenanças, e um Terço de Infantaria Auxiliar.

No tocante ao aspecto religioso, a fonte informa existirem no distrito de Macacu 04 freguesias onde se distribuía 8 capelas e 20 oratórios. Para o atendimento do ‘pasto espiritual’, atuavam 04 vigários, 03 padres coadjutores (auxiliares) e 13 clérigos. Na Vila de Macacu, principal localidade da região, estabelecia-se o convento franciscano de São Boaventura de Macacu possivelmente abrigando os 11 frades listados e mais 02 donatos. Para os serviços desse convento, a fonte informa estarem disponíveis 21 escravos.

O caprichoso funcionário do conde de Resende não esqueceu de mencionar os costumes locais, a administração e a oferta de aulas régias, ‘política educacional’ promovida pelo marques de Pombal após expulsão dos Jesuítas da Colônia em 1759/60.

Diz a fonte que *Há nella [na Vila] duas Aullas Regias, huma das Primeiras Letras, e outra de Gramática e são os seos habitadores, como também os de todo o Contorno pertencente á ditta Villa Regidos pelos Juizes Ordinários e mais Officiaes da Câmara. (DISCRIPÇÃO...)*

Numa alusão ao modo de vestir, o relatório apresenta como aquela sociedade constituía-se com bem demarcados limites entre seus corpos sociais, mencionando que

o trajar de todo o Povo he honesto e descente e cada hum conforme a sua graduação ou estado assim se ornão a saber os de maiores possibilidades, sempre se distinguem na qualidade do vistuario, não só, homens como mulheres, quazi a forma do uzo da Cidade. (DISCRIPÇÃO...)

Há informações a respeito do que restou dos índios outrora espalhados pela região e aldeados em finais do século XVI em São Barnabé pelos jesuítas, que à época do documento já havia se constituído na Vila de São José d’El Rei. Em 1797, a população indígena remanescente era constituída por uma população de gente pobre,

cujo numero de Fogos são 81 e em 430 Almas de maior a menor os quaes são regidos pelo seo Director, o Ajudante Leonel Antonio de Almeida, sendo-lhe determinada esta Regência no anno de 1779. Todos se empregão, huns na Agricultura, outros na Pescaria, e outros em fazer Ballayos. Esteiras e outras curiosidades de Palhas e Taquaras, pintadas de diferentes cores, e Panelas de barro e n’isto estabelecem o seo Comercio. (DISCRIPÇÃO...).

Conclusão

Pode-se afirmar que a Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu, ao longo do século XVIII, caracterizava-se por apresentar em conjunto com algumas *plantations* uma economia doméstica de produção variada, que englobava o cultivo do arroz, do feijão, da farinha, do milho, do fumo, a exploração das madeiras, a criação de aves e a conseqüente comercialização dos seus ovos, além da criação de porcos.

Toda esta produção tinha parte consumida na própria Vila e parte exportada para as localidades vizinhas, inclusive a cidade do Rio de Janeiro. Para esta exportação, em muito auxiliaram os rios, que desembocavam diretamente na Baía da Guanabara.

A maior parte da população da Vila era formada por pequenos e médios proprietários de pequenos plantéis de escravos ou mesmo nenhum cativo. A riqueza concentrava-se em

uma elite diminuta que também produzia os mesmos produtos, só que em grandes quantidades. Aí estava a grande diferença.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Pinto de. *Mandioca – Pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. RJ: Brasiliana, 1965.

CABRAL, Diogo de Carvalho, 'Pau-para-toda-obra': *Paisagem Florestal e Usos da Madeira na Bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, final do século XVIII*. Brasília: PPGHIS/UFRJ, 2006. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA553-04032006-191500.PDF> Acesso em 15 abril 2008.

_____. *A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental*. Revista de História Regional.12 (1):133-162, Verão, 2007

_____. *Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio: o caso da bacia do Macacu*. Disponível em < www.heera.ufjf.br/artigos/03_artigo03.pdf > Acesso em 05 abril 2008

_____. *Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820)*. In Revista Brasileira de História. SP: ANPUH, vol. 28, n] 35, jan-jun, 2008, p. 217-244.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. RJ: Conquista, 1973.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830*. RJ: Civilização Brasileira, 1998.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Comp. Editora Nacional, 1942

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo – riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 (1834-5).

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro*, Livraria Martins, 1942 in AGUIAR, Pinto de. *Mandioca – Pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, no. 21, março de 2001. Disponível em <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf> Acesso em 15 outubro 2008.

MAIA FORTE, *Vilas Fluminenses Desaparecidas – Santo Antonio de Sá*, RJ: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980.

NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil*, Comp. Editora Nacional, 1940

SAMPAIO, Antonio Jucá de. Na *encruzilhada do Império*. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). RJ: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru:SP: EDUSC, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudo Histórico. Vol.1. Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965.